

EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE TAXONOMIA EM ÁREA JURÍDICA

Alexandre Gil de Souza Gomes

Rogeria Rosas Narciso

RESUMO

Relata a experiência de implementar uma taxonomia como ferramenta de Gestão do Conhecimento, objetivando a melhor organização e recuperação de documentos na Área Jurídica de uma grande empresa. A metodologia para desenvolvimento das tabelas de classificação taxonômicas passou pela criação de uma matriz relacional de conhecimentos, baseada na análise das principais classes de assuntos tratados na área Jurídica e nos negócios da companhia, com o apoio da Classificação Decimal de Direito (CDD-D). O projeto teve como principais resultados a economia de tempo na busca por documentos, a maior confiabilidade para os resultados das pesquisas, o reforço da uniformidade das orientações e teses jurídicas e a maior segurança para os advogados no momento de elaboração de documentos. Outro ganho verificado para a gestão do conhecimento foi o fato de permitir identificar que conhecimentos precisam ser adquiridos ou reforçados, bem como servir como base para outros projetos como o mapeamento de competências e a estruturação de treinamentos.

Palavras-chaves: Taxonomia. Gestão da Informação. Gestão do Conhecimento. Sistemas de informação.

1 INTRODUÇÃO

A experiência no uso de sistemas para guarda e recuperação de informações é algo de extrema relevância para áreas que lidam diariamente com muitos documentos, como é o caso das áreas jurídicas de empresas. Nessas áreas, além da documentação relativa às demandas dos clientes, documentações societárias e contratos, é bastante intensa a produção de documentos (pareceres, ofícios, peças processuais, entre outros). Estes documentos produzidos pelos advogados têm uma característica de conter a explicitação dos conhecimentos, uma vez que são, em diversas vezes, as formas de convencimento utilizadas por estes profissionais.

Procurando melhorar a eficiência de uma área jurídica no trabalho com esta produção intelectual, a qual, no caso específico, estava registrada em banco de dados, buscou-se uma ferramenta em Gestão do Conhecimento que poderia atender.

Segundo Mendes (2008) “a Gestão do Conhecimento tem na taxonomia uma importante ferramenta no registro, organização e recuperação das informações.” Terra, Schoueri, Vogel e Franco [2005?] complementam:

A taxonomia é um sistema para classificar e facilitar o acesso à informação, e que tem como objetivos: representar conceitos através de termos; agilizar a comunicação entre especialistas e entre especialistas e outros públicos; encontrar o consenso; propor formas de controle da diversidade de significação; e oferecer um mapa de área que servirá como guia em processos de conhecimento.

Com estes conceitos, foi desenvolvido um projeto de taxonomia para a área jurídica de uma grande empresa. Para fins deste trabalho chamaremos esta área de JURÍDICO. A motivação principal deste projeto foi a de organizar as informações existentes no software proprietário que a área usa para arquivar os pareceres expedidos e demais documentos administrativos. Esse sistema de controle de documentos, não possuía nenhum tipo de padronização para entrada de palavra-chave e o recurso de busca mais eficaz era pelo número gerado automaticamente pelo sistema. Para entender melhor o problema inicial, é preciso entender um pouco o tal sistema e seu contexto de criação.

O sistema foi desenvolvido no próprio JURÍDICO no final de 2000 para controlar o trâmite, evitar extravios e arquivar os documentos eletrônicos (ou digitalizados) criados para atender às demandas dos órgãos clientes do JURÍDICO. Cada demanda gera um processo, chamado protocolo, para o qual é atribuída uma combinação alfanumérica.

Cada protocolo contém arquivos com as demandas e nele são anexados os documentos complementares, os subsídios utilizados para desenvolvimento da resposta, a resposta e demais documentos pertinentes.

Em 2001, primeiro ano de funcionamento do sistema de controle de documentos, o JURÍDICO possuía pouco mais de 60 advogados com uma produção média, de 428 documentos por mês. Com o crescimento da empresa e o conseqüente aumento das demandas, tornou-se cada vez mais difícil encontrar documentos no sistema. Em 2009, ano de início do projeto de taxonomia, mais de 600 advogados produziam 4026 documentos/mês. A tendência de um crescimento exponencial de protocolos e documentos produzidos no sistema indicava que ficaria cada vez mais complicada a já difícil missão de localizar um documento nesta base de dados.

Sendo o JURÍDICO o setor responsável pelas orientações legais da Companhia com 29 polos de atendimento por todo o país, é necessário que existam mecanismos que garantam a uniformidade do seu entendimento legal. A uniformidade nos pareceres e peças processuais é

importantíssima, uma vez que a apresentação de uma tese divergente num tribunal pode ser usada contra a Companhia e levar a perdas financeiras e a danos à imagem da organização. Além disso, o tempo gasto com pesquisas que podem não trazer os resultados esperados se torna um desperdício de mão de obra qualificada. Um levantamento feito no início do projeto mostrou que mais de 50% das pesquisas realizadas no sistema não traziam resultados ou traziam tantos resultados que não justificavam a análise frente ao tempo disponível para tal.

Diante do desafio de garantir agilidade e uniformidade das respostas do JURÍDICO a seus clientes internos, a melhoria da ferramenta de busca do sistema de controle de documentos foi vista como peça-chave para o processo.

2 O PROJETO

Para melhorar a busca no sistema de controle de documentos, sem perder de vista a necessidade de organização da informação como um todo, optou-se por desenvolver estruturas hierárquicas que refletissem o conhecimento que circula no JURÍDICO. Nesse sentido, tinha-se clareza de que estruturas prontas de conhecimento jurídico e empresarial, ainda que conjugadas, não representariam a especificidade da inter-relação do tratamento jurídico das questões do negócio.

Apesar de ainda não haver consenso sobre o termo Taxonomia na literatura (TAYLOR; JOUDREY 2009), foi utilizada para o projeto a definição de Campos e Gomes (2007), segundo a qual, taxonomia é uma estrutura de classificação sistemática que vem sendo adotada como instrumento de organização e recuperação da informação em empresas. Nesse sentido, a taxonomia visava facilitar a navegação na busca por informações nos sistemas do JURÍDICO.

O objetivo do projeto era criar, implantar e manter tabelas de classificação que permitissem organizar e recuperar o conhecimento necessário para atuação do JURÍDICO. Para tanto, seria necessário: criar tabelas hierárquicas de assuntos jurídicos e tabelas auxiliares de classificação, definir relacionamentos entre as tabelas, controlar sinonímia e definir termos autorizados, adaptar os sistemas para permitir as classificações e implantar mecanismo de busca estruturada.

Entre os principais benefícios esperados como resultados estavam: a diminuição do tempo de resposta aos clientes do JURÍDICO, o aumento da segurança para os novos advogados na elaboração de documentos, maior eficiência na produção de conhecimento pelo

JURÍDICO, a uniformização das teses e orientações, bem como a confiabilidade nos resultados obtidos nas pesquisas.

Foi adotada uma metodologia de gestão de projetos baseada no modelo do Project Management Institute (PMI) para desenvolvimento e acompanhamento das ações. Neste documento, entre outras coisas, definimos o escopo do projeto inicial, o qual tinha quatro etapas: (1) Diagnóstico preliminar com plano de trabalho; (2) Mapeamento de tipologia documental, assuntos e tabelas auxiliares de classificação; (3) Implantação do projeto piloto e (4) Treinamento dos empregados e implantação definitiva.

Um dos principais pilares da proposta baseou-se num estudo que analisava mais de 3000 termos de maior incidência usados como palavras-chave no sistema de controle de documentos. Está análise deu origem a uma matriz do conhecimento que foi desenvolvida agrupando estes termos por afinidade em grandes classes. Os primeiros grupos identificados foram: (1) Matérias – assuntos de Direito; (2) Projetos – projetos da empresa apoiados pelo JURÍDICO; (3) Produtos – aquilo que a companhia produz; (4) Área do JURÍDICO – estrutura organizacional do JURÍDICO; (5) Área da empresa e Subsidiárias – estrutura organizacional da empresa, (6) Órgão Público – órgãos demandantes ou de regulação e controle, (7) Referência Legal – legislação ou jurisprudência sobre o assunto; (8) Ativo – ativo de produção da empresa (plantas de produção) e (9) Local – cidades, estados, países onde a empresa atua ou tem relacionamento.

Percebeu-se que havia inter-relação de complementação de sentido entre os grupos de termos e que alguns grupos poderiam ser reunidos em classes mais genéricas. Assim, teve origem a matriz de conhecimento do JURÍDICO, na qual era apresentada a interseção dos assuntos jurídicos e de negócios com os identificadores dos assuntos – a saber: órgãos e lugares – e os documentos produzidos (pareceres, circulares, etc.).

Além disso, para atender às necessidades da administração do setor JURÍDICO, foi necessário desenvolver uma tabela que tratasse de temas de gestão. Essas divisões de áreas temáticas principais e auxiliares, às quais passamos a chamar de árvores, foram fundamentais para a criação de um mapa que deu origem ao roteiro a ser seguido.

3 A MATRIZ DO CONHECIMENTO NO JURÍDICO

A metodologia desenvolveu-se a partir do pressuposto de que o conhecimento no JURÍDICO produzia-se na relação entre duas grandes áreas temáticas: Assuntos (temas

comuns do Direito ligados ao fato jurídico em questão) e Negócio (temas relativos à atividade da empresa); além disso, a discussão desses temas, necessitava, rotineiramente, de contextualização de lugar (Identificador geográfico) e órgão público (demandante, regulador ou de controle). A partir da matriz, pode-se perceber também que o mapeamento da tipologia documental, inicialmente prevista no projeto, não seria necessário, pois os próprios sistemas utilizados já possuíam esses filtros.

O passo seguinte à elaboração da matriz do conhecimento foi o mapeamento dos temas de Direito, que seriam desenvolvidos e quem seriam os responsáveis por validar cada ramo da árvore do Direito.

A estrutura do JURÍDICO reflete a estrutura da empresa com gerências dedicadas às áreas e diretorias, mas, além dessas gerências, existem as chamadas “Comissões de Matéria”, estruturas matriciais com representantes de várias gerências que buscam uniformizar o entendimento dos principais ramos de Direito tratados na empresa. A existência de tais comissões foi fundamental para a definição da estrutura da árvore taxonômica, pois seus coordenadores são os responsáveis pela uniformização das teses de sua área. A decisão de não adotar a divisão clássica do Direito (entre público e privado e daí por diante) evitou alguns níveis de navegação que não teriam uso, permitindo uma estrutura mais enxuta, refletindo melhor a forma como os assuntos são tratados no setor.

Após tal decisão, partiu-se para a análise da estrutura organizacional do JURÍDICO para verificar a existência de outros assuntos sensíveis que não fossem objeto de comissão. Assim, foram acrescentados outros ramos.

Com a lista dos ramos que deveriam ser desenvolvidos no tema Direito, decidimos elaborar uma estrutura prévia de tabela que pudesse ser criticada pelos especialistas de cada área. Mesmo diante da hipótese de que toda a pré-estrutura proposta pudesse vir a ser alterada pelo especialista, havia a convicção de que o trabalho de crítica seria mais produtivo. Essa se mostrou uma decisão acertada que facilitou muito o trabalho.

Para a construção das pré-estruturas a equipe decidiu tomar como base a tabela da CDD-D¹ para elaborar lista hierárquica dos assuntos do Direito, esse trabalho foi complementado pela análise dos sumários dos principais manuais e obras clássicas do Direito.

Nesse momento foi criada uma estrutura de governança para as tabelas, pois os gerentes e coordenadores de matéria passaram a ser gestores do conteúdo de suas árvores – responsáveis pela validação dos termos e notas de aplicação – enquanto a equipe era responsável pela gestão da estrutura do sistema. Com isso, foi possível determinar um fluxo

claro para a aprovação de alterações (inclusões ou exclusões de termos) nas tabelas e garantir a manutenção da taxonomia como um processo de apoio à organização do conhecimento.

Entre as principais premissas usadas para o desenvolvimento das tabelas junto aos especialistas estava exclusividade, ou seja, a impossibilidade de um termo ser repetido em mais de uma tabela. Além disso, para facilitar a navegação, estabelecemos um limite de dez termos na cadeia – classes da mesma linha hierárquica resultantes da subdivisão de um assunto geral para assuntos específicos – e cinco no renque – conjunto de classes da mesma posição hierárquica, geradas na divisão de uma determinada classe. No exemplo abaixo, Direito>Direito Digital>Documento Digital>Validade de Documento Digital>Certificação Digital representam uma cadeia de assuntos que vai do mais geral (Direito) ao mais específico (Certificação Digital); já Documento Eletrônico, Documento Digital, Assinatura Eletrônica, Ilícitos Praticados Pelo Meio Digital, Segurança da Informação e Software (marcados com o símbolo+) são assuntos resultantes da divisão de “Direito Digital”.

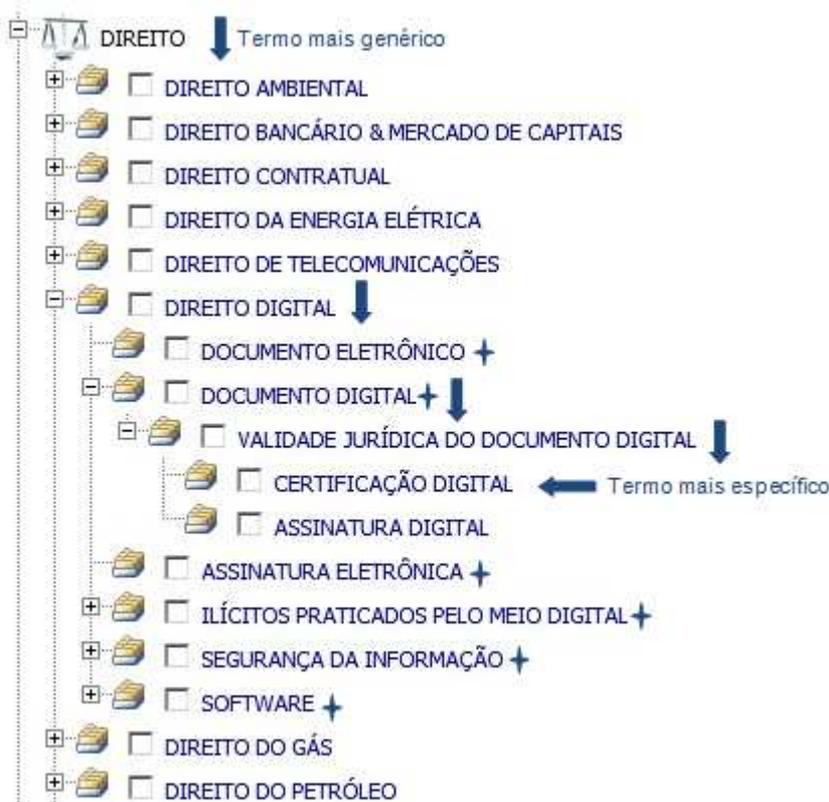


Figura 1 – Visão da árvore de Direito Digital
Fonte: Módulo de pesquisa do Sistema de Taxonomia (editado)

Uma das principais preocupações foi o mapeamento de termos que pudessem ser sinônimos e permitir que o sistema reconhecesse os sinônimos e redirecionasse o usuário para o termo autorizado. Além disso, para melhorar a precisão no momento da indexação,

acrescentou-se ao termo, uma descrição, que chamamos de “nota de aplicação” cujos principais objetivos eram informar o entendimento e/ou posicionamento da Companhia para aquele assunto e indicar termos complementares e normas de referência.

A introdução da nota de aplicação para os termos, além de dirimir dúvidas sobre a aplicação dos termos, em alguns casos, levou os especialistas a repensar a necessidade de criação de certos termos e permitiu a elaboração de uma estrutura menor e mais adequada.

4 REQUISITOS PARA O SISTEMA DE TAXONOMIA

Paralelamente, iniciaram-se as discussões com a equipe de desenvolvimento de sistemas (do próprio JURÍDICO) que dava apoio ao projeto. Nesta etapa, focou-se nos critérios de navegabilidade pelas classes e nos critérios para múltiplas seleções de termos.

Segundo Campos e Gomes (2008), independente do modelo de recuperação da informação estar baseado em listas alfabéticas ou taxonomias, alguns fatores são fundamentais, a saber: existência de um vocabulário padrão, atribuição de termos a partir de critérios preestabelecidos e software que atenda às necessidades de organização da informação.

Um dos principais requisitos do sistema era contemplar o “conceito de herança” (CAMPOS; GOMES, 2008), ou seja, que o sistema reconhecesse as relações de generalização e especialização entre os termos pelo qual as subclasses herdavam as propriedades das classes mais gerais às quais pertencem.

Uma das preocupações era permitir uma navegação rápida que garantisse os princípios de hierarquia com o “conceito de herança” e o controle da sinonímia sem que isso implicasse em excesso de informações que poluíssem a estrutura de navegação à disposição do usuário. Para tanto, cada termo possui uma ficha de cadastro com as seguintes informações: (1) Índice – mostra a ordem do termo na estrutura hierárquica; (2) Termo – o nome autorizado para o conceito; (3) Termo Ativo – campo selecionável para fins de manutenção do sistema; (4) Selecionável na Pesquisa – indica se o termo pode ser usado para recuperar documentos; (5) Selecionável na Classificação – indica se o termo pode ser usado para indexar documentos; (6) Descrição – breve esclarecimento, nota de aplicação ou indicação de classificações complementares; (7) Sinônimos – lista de termos não autorizados e (8) Ordenação – ordem na qual o termo de aparecer na visualização da estrutura. Além disso, abaixo da ficha de cadastro do termo, é possível verificar os termos mais gerais e os mais específicos ligados ao termo em questão.

Taxonomia
Retornar

Área Administrativa

Administrar Termos

Administrar Classificação

Contabilização

Sistemas	Tabelas	Objetos
BIBLIO	PESQUISAS	594
BIBLIO	PUBLICACAO	12215
JET	CURSOS	199
SISNOTA	NOTA TECNICA	141
WORDFLOW	DOCUMENTO	297752

Alterar Termo

Índice 1.15.1.6.

Termo Contribuição previdenciária da empresa

Termo Ativo

Selecionável na Pesquisa

Selecionável na Classificação

Descrição CSLL e PIS/PASEP, PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO, COFINS E COFINS-IMPORTAÇÃO estão na tabela de Direito Tributário.

Sinônimos Contribuição previdenciária patronal; Contribuição patronal
Favor utilizar vírgula como separador

Ordenação 6

Salvar

Termos Relacionados

Índice	Termo	Situação	Pesquisa	Classificação	Ordenação	Data	Quantidade de Objetos	Ações
1.15.1.6.	Contribuição previdenciária da empresa	Ativo	Sim	Não	6	28/05/2012 14:00:27	18	 
1.15.1.6.1.	Contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários	Ativo	Sim	Sim	1	09/01/2012 14:18:48	35	 
1.15.1.6.2.	Seguro de Acidente do Trabalho (SAT)	Ativo	Sim	Sim	2	09/01/2012 14:18:48	3	 
1.15.1.6.2.1.	Fator Acidentário Previdenciário (FAP)	Ativo	Sim	Sim	1	09/01/2012 14:18:48	1	 
1.15.1.6.3.	Adicional do SAT ou Risco de Acidente de Trabalho (RIAT)	Ativo	Sim	Sim	3	09/01/2012 14:18:48	2	 

Figura 2 – Ficha de inclusão de termo
Fonte: Sistema de Taxonomia – versão de administração

Considerando a abrangência nacional de um sistema que atende 29 polos em todo o país, as questões do controle de sinonímia e de definição de termos foram desafiadoras. Para tanto, a inclusão dos campos de “sinônimos” e de “descrição” na ficha de cadastro do termo foram fundamentais para o sucesso do sistema.

Algumas implementações desejadas não puderam ser atendidas, dentre estas, a de que houvesse um relacionamento complementar, entre termos de temas diferentes, indicado pelo próprio sistema. Era desejável que, por exemplo, ao selecionar um imposto municipal, o sistema direcionasse o usuário para escolher o município. Esse problema foi contornado com a inserção das notas de aplicação.

O sistema de busca foi elaborado de forma a permitir pesquisas com vários termos de todas as tabelas, além disso, existe a possibilidade de refino dos resultados com base nas classificações adicionais. Ou seja, ao pesquisar por um ou mais termos, o sistema sugere possibilidade de refino por todos os termos que os classificadores associaram ao(s) termo(s) pesquisado(s) quando classificaram seus documentos.

Taxonomia

Retornar a Consulta

Resultados da Consulta (20)

Poluição	X
Impacto ao meio ambiente	X
PARTICIPAÇÕES E ATIVOS	X

Refino:

1 - Por Tipo:

Documentos Elaborados	(20)
-----------------------	------

2 - Por Classificações Adicionais: DIREITO

Desenvolvimento sustentável	(1)
Poluidor-pagador e Usuário-pagador	(3)
Precaução em Direito Ambiental	(1)
Prevenção em Direito Ambiental	(2)
Auditoria ambiental	(1)
Cadastro nacional de operadores de resídu...	(1)
Educação ambiental	(1)
Licenciamento e autorização ambiental (Todos)	
Licenciamento e autorização ambiental	(2)

Figura 3 – Parte da tela de refino de pesquisa
 Fonte: Sistema de Busca da Taxonomia

Algumas decisões foram de extrema importância durante o processo. Dentre elas, restringir o acesso ao módulo de classificação do sistema apenas aqueles que de fato elaboram o documento. O objetivo era conferir maior precisão na escolha de termos. Ao vetar o acesso ao sistema para classificação de documentos às secretárias, por exemplo, garante-se que apenas os especialistas atribuam termos ao documento que elaboraram.

Outra decisão importante foi a de que qualquer acesso ao sistema só é concedido após treinamento. Assim, foram treinados nos conceitos e uso do sistema de Taxonomia 815 advogados com foco no uso das tabelas de Direito e 45 empregados entre administradores, bibliotecários e técnicos, para o uso das tabelas de Gestão, e 10 profissionais da equipe de suporte técnico de informática.

5 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA TAXONOMIA

Com o vulto tomado pelo projeto, optou-se pela criação de um sistema externo ao sistema de controle de documentos e não um aplicativo dentro do próprio sistema. Assim, a “Taxonomia” (nome dado ao sistema criado) tornou-se um agregador que apresenta resultados de vários sistemas que foram sendo incluídos. Hoje, além dos pareceres produzidos no sistema de controle de documentos, é possível pesquisar também os cursos feitos por empregados do JURÍDICO, os livros disponíveis na biblioteca e as pesquisas realizadas pelos bibliotecários do JURÍDICO. A integração dos sistemas foi facilitada, em grande parte, pelo fato de todos os sistemas em questão terem sido de desenvolvimento proprietário, ou seja, foram desenvolvidos no próprio JURÍDICO.

Para a inclusão do sistema de cursos foi necessário apenas uma adaptação no sistema. Já no tocante ao sistema de gerenciamento de bibliotecas, por se tratar de um sistema que já usava sistema de classificação hierárquica, no caso a CDD, foi necessário, além da adaptação no sistema, uma longa análise para elaboração de uma tabela de correspondência entre os sistemas.

Antes da implantação definitiva do sistema, iniciou-se uma campanha de comunicação do projeto para a força de trabalho do JURÍDICO e formou-se um grupo de controle para testar as funcionalidades do sistema e a dinâmica de treinamento adotada.

Durante todo o treinamento, reforçou-se que o sistema foi desenhado para ser maleável a inclusões de novos termos e, principalmente, de sinônimos. E, já a partir do piloto, as sugestões dos usuários permitiram a identificação de outras tabelas de Direito que deveriam ser criadas, de sinônimos a serem incluídos e de melhorias para a navegabilidade do sistema.

Posteriormente, para facilitar a busca de documentos elaborados, o foco principal do projeto, foram implantados filtros específicos para estes documentos, como data de arquivamento, gerência atendida, gerência responsável e autor do documento.

A questão da uniformização de teses jurídicas foi reforçada com a implantação de um campo, visível no resultado das pesquisas de pareceres e demais documentos elaborados, indicando que o mesmo foi avaliado como “em conformidade” pela comissão de matéria responsável.

6 CONCLUSÃO

Dentre os principais ganhos da taxonomia destacam-se: a economia de tempo na busca por documentos, a maior confiabilidade para os resultados das pesquisas, o reforço da uniformidade das orientações e teses jurídicas e a maior segurança para os advogados no momento de elaboração de documentos.

As pesquisas, sejam elas feitas por palavras-chaves ou por navegação na estrutura hierárquica, são mais rápidas e eficientes. Não há mais necessidade de se refazer uma mesma pesquisa com vários sinônimos. Além disso, as possibilidades de refino permitem que, a partir de uma busca genérica, se chegue ao resultado esperado com poucos cliques. Assim, os resultados obtidos na busca por um termo, garantem que todos os documentos ali classificados serão recuperados. O que, por seu turno, fortalece a uniformidade.

A ideia principal do projeto era criar uma estrutura de conceitos que refletisse o conhecimento que circula no JURÍDICO para facilitar sua localização, padronizando ainda termos e conceitos. Ao criar essa estrutura, criou-se também um novo instrumento de aprendizagem para os empregados, que permitiu diminuir o tempo de ambientação de novos empregados aos termos e teses do JURÍDICO. Além disso, houve relatos de empregados dizendo que, ao navegar pela “árvore” de outras áreas, ampliaram o âmbito de seus conhecimentos, permitindo enriquecer as inter-relações entre os termos.

Os ganhos para a gestão do conhecimento podem ser ainda maiores, pois permite que o JURÍDICO explicita seu conhecimento e verifique o que precisa ser melhorado. Este trabalho serve ainda como base para outros projetos como o mapeamento de competências e a estruturação de treinamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Classificação Decimal de Direito elaborada pela bibliotecária Doris de Queiroz Carvalho com base na Classificação Decimal de Dewey (CDD).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero**, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_01.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagens documentárias**. Niterói: EDUF, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha; OLIVEIRA, Laura de Lira e. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico.

DataGramZero, v.14, n.3, jun. 2013. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/jun13/Art_01.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: a categorização como princípio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007.

Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

LANCASTER. **Indexação e resumos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARTÍNEZ, Ana et al. Las categorías o facetas fundamentales: una metodología para el diseño de taxonomias corporativas de sitios Web argentinos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 106-111, maio/ago. 2004. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/523>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

MENDES, A. Taxonomia e gestão do conhecimento. **IMaster**, São Paulo, 05 maio 2008.

Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/8718>>. Maio 2008. Acesso em: 21 mai. 2014.

PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

TERRA, José Cláudio; BAX, Marcelo Peixoto. Portais corporativos: instrumento de gestão de informação e de conhecimento. In: PAIM, Isis (Org.). **A Gestão da Informação e do Conhecimento**. 1 ed. Belo Horizonte, 2003, p. 33-53.

_____; SCHOUERI, Ricardo; VOGEL, Michely; FRANCO, Carlos. Taxonomia: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. **TerraForum**, São Paulo, [2005?]. Disponível em: <<http://www.terraforum.com.br/biblioteca/Documents/Forms/DispForm.aspx?ID=123>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

WYLLIE, Jan. **Taxonomies: frameworks for corporate knowledge**. 2. ed. London: Ark Group, 2005.

Alexandre Gomes

Graduação em Administração pela UFF (2000). Pós-graduação MBKM pela UFRJ (2012). Rio de Janeiro, RJ E-mail: alexgill74@gmail.com

Rogeria Narciso

Graduação em Biblioteconomia pela Unirio (2002). Graduação em Ciências Sociais (1990). Pós-graduação em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Estácio de Sá (2006). Rio de Janeiro, RJ. Email: rogerianarciso@estadao.com.br